



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570692 - CE (2020/0079964-4)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : VINICIUS BEZERRA PIZOL
ADVOGADO : VINICIUS BEZERRA PIZOL - ES019801
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : JOSEILSON BARBOSA CAMELO (PRESO)
CORRÉU : MARCOS NATHANAEL PAIXAO FLORENCIO
CORRÉU : EDMILSON SILVA DA CONCEICAO
CORRÉU : MARCELO DA SILVA
CORRÉU : MARCOS JOSE
CORRÉU : GIVANILDO MANOEL DA SILVA
CORRÉU : JOSE LAERCIO FERREIRA DA SILVA
CORRÉU : RAFAEL ANDRADE DA SILVA
CORRÉU : CLESNILSON FERREIRA DA SILVA
CORRÉU : FABIO DA SILVA SOUZA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

JOSEILSON BARBOSA CAMELO, paciente neste habeas corpus, alega sofrer constrangimento ilegal em seu direito a locomoção e aponta como autoridade coatora o **Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**.

Nas razões deste feito, postula a defesa, resumidamente, a concessão de prisão domiciliar ante o alastramento da pandemia do COVID-19.

Decido.

No caso em exame, observo que **não foi manejado pela defesa do réu qualquer instrumento processual perante as instâncias ordinárias a fim de ver aplicada a Recomendação n. 62/2020 do CNJ**.

Evidencia-se, assim, a **incompetência deste Superior Tribunal de Justiça** para apreciar e julgar originariamente a possibilidade de concessão de prisão domiciliar, dada a falta de prévia manifestação do Tribunal *a quo*. Assim, mostra-se inviável a análise da matéria diretamente por este Superior Tribunal, sob o risco

de se incorrer em indevida **supressão de instância**.

Nesse sentido:

[...] 1. A tese de incompetência do Juízo que recebeu a inicial acusatória não foi tratada no acórdão prolatado pela Corte de origem, motivo pelo qual o debate nesta Corte Superior implicaria indevida supressão de instância, com explícita violação à competência originária para o julgamento de habeas corpus, definida no art. 105, inciso I, alínea c, da Constituição da República. [...] 3. Agravo regimental desprovido.

(**AgRg no HC n. 498.539/PA**, Rel. **Ministra Laurita Vaz**, 6ª T., DJe 17/9/2019)

[...] 1. Inviável o conhecimento por esta Corte Superior de alegação de constrangimento ilegal praticado por juiz de direito, uma vez que, na forma do art. 105, I, alínea "c" da Carta da República, possui competência para atos emanados de Tribunal sujeito a sua jurisdição. 2. Agravo regimental improvido.

(**AgInt no HC n. 418.953/CE**, Rel. **Ministro Nefi Cordeiro**, 6ª T., DJe 12/12/2017)

À vista do exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ

Relator